



CONSTRUÇÃO DE UMA CONSCIÊNCIA ÉTICA NA FORMAÇÃO MILITAR: UMA ABORDAGEM PSICOLÓGICA

CMG (T) Erica Barreto Nobre

“A profissão militar – a melhor de todas – é a incorporação dos valores que estão mais ausentes na sociedade atual – honestidade, lealdade, dever, sacrifício próprio e renúncia aos interesses próprios pelo bem comum.”
Samuel B. Huntington

APRESENTAÇÃO

Ao exaltar as qualidades de um militar que desembarcava da Escola Naval, depois de aqui bem cumprir sua missão, o oficial encarregado de homenageá-lo encerrou seu discurso afirmando que o referido militar era, em síntese, a própria “Rosa das Virtudes”. A solene afirmação estimulou, na autora,

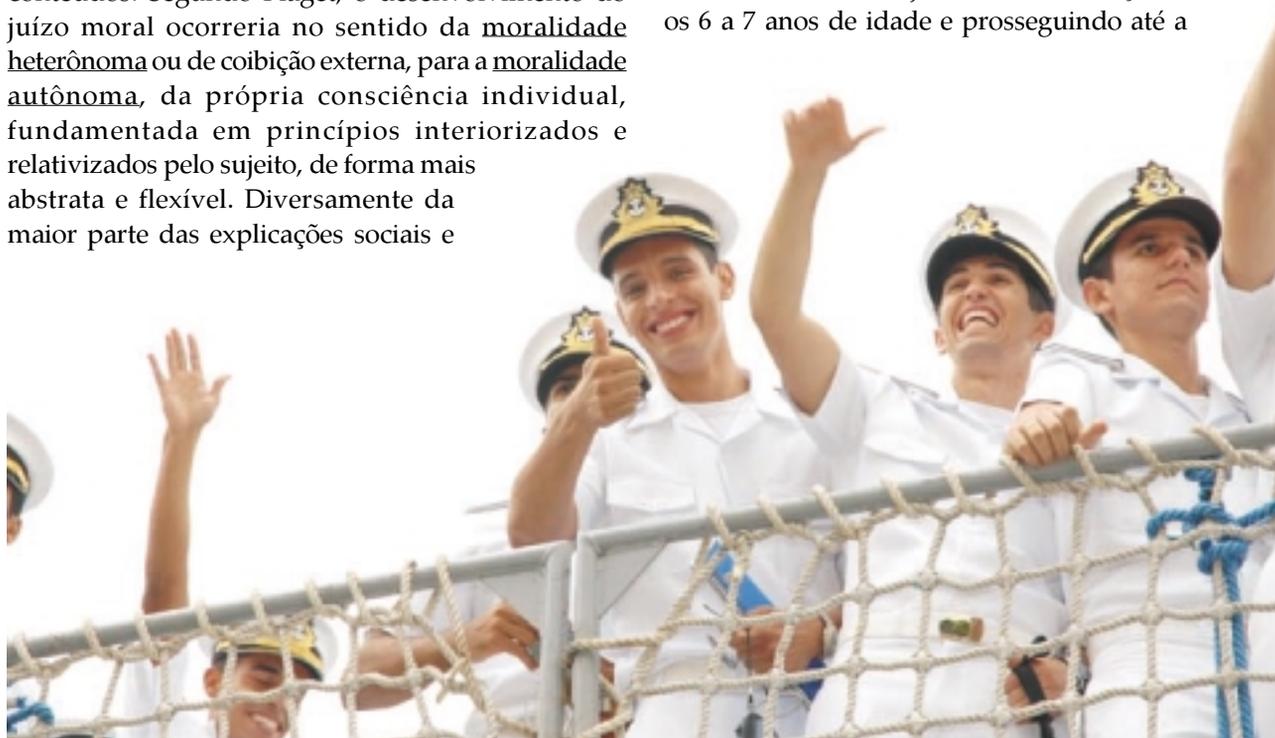
algumas reflexões sobre os objetivos que devem ser visados pelas academias militares no que diz respeito à formação ética para a profissão militar. Ao pensar no militar que naquele dia se despedia da Escola, vem a lembrança de seu semblante sempre sério e duro, bem como de sua notória competência e integridade. Ele parecia a fria encarnação da “letra da lei”. Seria, então, apenas esse o objetivo da formação ética militar - enfeixar o caráter marinho por meio da forja dos dezesseis ramos da “Rosas das Virtudes” -, ou seria esta uma tarefa ainda mais complexa e, portanto, mais difícil? Que nível de consciência ética seria compatível com o exercício pleno da profissão militar? Que tipo de educação ética engendraria verdadeiros líderes militares, íntegros, exigentes e, também, justos, sábios e humanos?

INTRODUÇÃO

A moralidade tem sido estudada por psicólogos sob os enfoques afetivo (Psicanálise), comportamental (Behaviorismo) e **cognitivista**. Em relação a este último ponto de vista, que será adotado como fundamentação teórica da presente análise, destaca-se a contribuição de Jean Piaget (1896-1980), que foi retomada e ampliada pelo psicólogo americano Lawrence Kohlberg (1927-1987). Esses pesquisadores consideram que o desenvolvimento moral se baseia firmemente no cognitivo, isto é, que os avanços na capacidade de raciocínio moral dependem do amadurecimento das capacidades cognitivas, e que tais avanços resultam em condutas morais mais maduras. A hipótese fundamental de Kohlberg é a de que existe uma seqüência universal e invariável de estágios hierarquizados de evolução do juízo moral, por que passam os indivíduos, independentemente dos modelos culturais. Essa evolução moral dar-se-ia à medida que o sujeito interage com seu ambiente, estando condicionada à estimulação do raciocínio através de dilemas e decisões referentes a situações de relação interpessoal. Pode-se considerar o desenvolvimento moral, portanto, como um processo educativo, cuja finalidade é facilitar a evolução contínua da pessoa em etapas distintas e progressivas. Dessa forma, a educação moral consistiria mais em promover o raciocínio moral do que em ministrar conteúdos. Segundo Piaget, o desenvolvimento do juízo moral ocorreria no sentido da **moralidade heterônoma** ou de coibição externa, para a **moralidade autônoma**, da própria consciência individual, fundamentada em princípios interiorizados e relativizados pelo sujeito, de forma mais abstrata e flexível. Diversamente da maior parte das explicações sociais e



psicológicas, que consideram a internalização de normas e valores da sociedade como o ponto terminal do desenvolvimento moral (Durkheim, psicanalistas e behavioristas), segundo Kohlberg, o indivíduo é agente do seu processo moral e o nível mais elevado de maturidade moral é atingido quando o indivíduo é capaz de entender que a justiça não é a mesma coisa que a lei. Kohlberg identifica seis estágios de desenvolvimento do juízo moral, começando entre os 6 a 7 anos de idade e prosseguindo até a



idade adulta. Os seis estágios propostos pelo autor intitulam os tópicos deste breve artigo e serão discutidos logo a seguir. As observações de Kohlberg comprovam que a maturidade moral muitas vezes só pode ser alcançada pelo indivíduo adulto e que pouquíssimas pessoas chegariam a alcançar o último nível, estágio 6, da construção moral, sendo o estágio 4 a base de julgamento moral mais comumente encontrada entre adultos. De acordo ainda com o autor, os estágios morais seriam cumulativos, o que significa dizer que cada estágio superior integra as estruturas encontradas em estágios inferiores. Os indivíduos são, portanto, capazes de compreender todos os estágios abaixo do seu estágio principal ou modal não estando, contudo, aptos a entender raciocínios morais acima do seu próprio estágio modal.

É importante ressaltar que, nas últimas três décadas, o enfoque cognitivista tomou conta do campo da moralidade, destacando-se nesse cenário a profícua contribuição de Lawrence Kohlberg.

ESTÁGIOS DO DESENVOLVIMENTO MORAL

Os seis estágios propostos por Kohlberg estão incluídos em três níveis: o pré-convencional (estágios 1 e 2), o convencional (estágios 3 e 4) e o pós-convencional (estágios 5 e 6). Para compreender os estágios, convém compreender primeiro o significado dos níveis. No nível pré-convencional os indivíduos ainda não chegaram a entender e respeitar normas morais e expectativas compartilhadas. Este nível é característico da maioria das crianças com menos de 9 anos, de alguns adolescentes e de muitos criminosos. O nível convencional é típico da maioria dos adolescentes e adultos, pelo menos das sociedades ocidentais, e nesse nível a moralidade consiste em sistemas de regras morais, papéis e normas socialmente compartilhados. O nível pós-convencional tende a ser alcançado apenas por uma minoria (5%) de adultos, geralmente depois dos 20 a 25 anos. Neste nível as pessoas aceitam as regras da sociedade, mas com base nos princípios morais gerais que sustentam essas regras. Se, eventualmente, as

O quadro abaixo sintetiza os níveis e estágios, visando familiarizar o leitor com o referencial teórico empregado:

ESTÁGIOS DO JUÍZO MORAL DE KOHLBERG

ESTÁGIOS	JUÍZO MORAL	NÍVEL DE MORALIDADE	SENTIDO DO DESENVOLVIMENTO (Piaget)
1 Medo da Punição	Julgamento das ações pelas conseqüências físicas.	PRÉ-CONVENCIONAL	<p>HETERONOMIA</p> <p>AUTONOMIA</p>
2 Calculismo Pragmático	Critério do prazer ou da satisfação de necessidades pessoais.		
3 Concordância Interpessoal – “bom menino e companheiro”	Consideração pelos outros e desejo de aprovação.	CONVENCIONAL	
4 Lei e Ordem	Necessidade de obedecer à autoridade e à lei e de manter a ordem.		
5 Contrato Social	Crítérios de certo e errado acordados pela coletividade e passíveis de rediscussão e evolução.	PÓS-CONVENCIONAL	
6 Princípios Universais de Justiça (Cuidado e Compaixão)	Consciência baseada em princípios éticos universais.		

regras sociais conflitarem com esses princípios mais básicos, os pós-convencionais julgam de acordo com seus princípios de consciência e não pela convenção.

Na seqüência, serão descritos, sucintamente, os seis estágios morais de Kohlberg, seguindo-se a discussão da adequabilidade de cada um desses níveis de consciência moral para a profissão militar e as estratégias educacionais para estimulá-los e desenvolvê-los durante a formação militar. Para a análise de adequabilidade, considerar-se-ão como parâmetros que balizam a profissão militar os seguintes requisitos: hierarquia, disciplina e autodisciplina, tenacidade, patriotismo, abnegação, coletivismo, coragem (física e moral), iniciativa, decisão, competência, justiça e liderança.

ESTÁGIO 1- A MORAL DO MEDO DA PUNIÇÃO

Nesse estágio a moralidade do ato é definida em termos de suas conseqüências físicas para o agente. A obediência é induzida pela lei do mais forte, pela percepção do poder do outro de infligir dano ou castigo. Ação moralmente errada seria somente aquela passível de ser detectada e punida. Em princípio, esse parece um nível de consciência moral imaturo e inadequado para a profissão militar. Contudo, no período de adaptação à vida militar, tradicionalmente se emprega largamente a punição como estratégia educacional eficiente para eliminação de comportamentos indesejáveis e rápida obtenção de comportamentos que demonstram ordem, tenacidade, disciplina e obediência. Recorrendo a Aristóteles (384-322 a.C.), em sua “Ética a Nicômaco”, onde o filósofo considera ser a virtude o resultado do hábito, cita-se o seguinte: *“Os dotes naturais (...) estão presentes nas pessoas verdadeiramente favorecidas pela sorte; quanto às palavras e à instrução, rezeamos que não sejam eficazes em relação a todas as pessoas, mas que a alma de quem aprende deve primeiro ser cultivada por hábitos que induzam quem aprende a gostar e a desgostar acertadamente, (...). De modo geral as emoções parecem ceder não à palavra, mas à força. O caráter, portanto, deve de alguma maneira estar previamente provido de alguma afinidade com a excelência moral, amando o que é nobilitante e detestando o que é aviltante.”* As observações anteriores permitem concluir que a punição e o treinamento exaustivo poderiam ser incluídos como parte das estratégias preliminares válidas para a formação moral do militar, especialmente no período inicial de treinamento, visando a integração dos novos membros. Porém, obviamente, tendo em vista os

parâmetros previamente estabelecidos, este não parece ser o estágio de desenvolvimento moral final a ser almejado para o profissional militar. Na verdade, militares que ao final de sua formação encontrem-se no estágio 1 de consciência moral poderiam ser melhor enquadrados como moralmente “deformados” do que como “formados”. O pernicioso dito naval de que “o golpe é válido, desde que não seja pego” exemplifica bem esse estágio primitivo e indesejável de desenvolvimento moral.

ESTÁGIO 2 - A MORAL DO CALCULISMO PRAGMÁTICO

É um estágio nitidamente egocêntrico e egoísta, em que a moral é relativista, tendo como única finalidade a satisfação hedonista de necessidades pessoais. O indivíduo pode raciocinar em termos de troca, uma vez que pretende atender aos seus próprios interesses, mas se percebe inserido num mundo em que há outras pessoas com seus próprios interesses.

Enquanto a punição prevalecia como estratégia educativa no estágio 1, dentro da lógica do estágio 2, a moeda de troca é a recompensa. À primeira vista, esse estágio de desenvolvimento moral parece francamente antagônico ao estoicismo típico da profissão das armas, que se caracteriza pela abnegação e pela disposição de sacrifício até da própria vida, em prol do bem comum. Surpreendentemente, os Estados Unidos da América, país que detém a hegemonia bélica mundial, centro nervoso do capitalismo e da lógica do consumo, vem empregando largamente a liderança do tipo transacional e a recompensa como atrativo, para atingir as ambiciosas metas de recrutamento das suas Forças Armadas, metas essas compatíveis com o papel auto-atribuído de “nação xerife do mundo”. O trecho de notícia a seguir exemplifica bem o estágio 2 de moral, que parece prevalecer no recrutamento para a Guerra do Iraque: *“A dificuldade do Exército dos EUA de recrutar novos soldados tem sido grande, em meio à guerra no Iraque(...) Depois que a meta de recrutamento deixou de ser atingida pelo segundo ano consecutivo, em setembro o Exército criou uma bonificação de US\$ 10 mil para quem se alistasse. Como a situação não melhorou, no final do ano a isca foi duplicada: a oferta passou a ser de US\$ 20 mil.”* (Jornal O Globo- abril/2006). As peculiaridades econômicas e políticas dos EUA e sua necessidade específica de arregimentar o maior contingente possível de reserva militar talvez justifiquem a estratégia adotada. No entanto, tendo em vista a essência da profissão militar, seria esse o ideal moral a ser perseguido em sua formação, aquele

do “soldado mercenário”? Muitos são os críticos que denunciam as perdas em liderança e eficácia causadas pela mentalidade empresarial aplicada às Forças Armadas americanas.

ESTÁGIO 3 - A MORAL DO “BOM MENINO” E “BOM COMPANHEIRO”

É o estágio da regra de ouro: “Faça aos outros aquilo que gostaria que lhe fizessem”. Mas a visão aqui ainda é, na verdade, egocêntrica, na medida em que a motivação básica da decisão moral é a obtenção para si da aprovação social dos outros significativos. O comportamento moralmente certo é aquele que leva à aprovação. Trata-se da moralidade de conformismo a estereótipos de papéis sociais.

Uma vez que a coesão grupal e o companheirismo são fortes requisitos de qualquer profissão de risco, especialmente a militar, torna-se relativamente freqüente, especialmente entre jovens em formação, a tomada de decisões, diante de impasses éticos, com base nesse estágio de raciocínio moral. Oficiais-alunos, quartanistas veteranos, chefes de classe e mais antigos de quarto comumente preferem atender às expectativas de lealdade dos companheiros, ainda que em detrimento das normas vigentes. Se por um lado a lógica do atendimento às expectativas sociais, numa instituição em que a sobrevivência pode depender da identificação e do espírito de corpo, parece profícua; por outro lado, o tipo de pessoa que precisa ser amada por todos provavelmente não será um bom líder militar, capaz de tomar decisões em situações adversas. Um líder deve ser capaz de dizer NÃO, de confrontar, de contrariar interesses, de ser forte o suficiente para travar batalhas, se for objetivamente necessário, mesmo que tenha que magoar pessoas e causar dor.

ESTÁGIO 4 - A MORAL DA LETRA DA LEI E DA ORDEM

Há nessa fase grande respeito pela autoridade, por regras fixas e pela manutenção da ordem social. Deve-se cumprir o dever. A justiça não é mais uma questão de relações entre indivíduos, mas entre o indivíduo e o sistema. A justiça está relacionada com a ordem social estabelecida, não é uma questão de escolha pessoal moral.

Esse é o estágio moral limite atingido pela maior parte dos indivíduos. Seria por excelência o estágio de juízo moral mais típico e desejável da profissão militar, a julgar pelo artigo 142 da Constituição Brasileira: “As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais

permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.” A ótica da Constituição acentua o papel das Forças Armadas como braço armado do Estado, que zela pela ordem estabelecida e que cumpre ordens e executa decisões políticas que provêm de instâncias superiores do governo. O exemplo coerente dos líderes, a prática espartana da disciplina, o ensino dogmático das normas e regulamentos e a interiorização do princípio da autoridade parecem suficientes para estimular o desenvolvimento desse estágio moral durante a formação militar. Contudo, ao recorrer-se ao juramento profissional do militar – o **juramento à bandeira** – verifica-se que, além de cumprir ordens, prometemos *dedicação integral ao serviço da Pátria, cuja honra, integridade e instituições serão defendidas com o sacrifício da própria vida*. Portanto, parece que é a chama do patriotismo idealista que verdadeiramente anima a profissão militar, o que nos levaria da fria letra da lei, do nível da moral convencional, para os píncaros das possibilidades transformacionais e heróicas da moral pós-convencional.

ESTÁGIO 5 - A MORAL DO CONTRATO SOCIAL

Esse é o primeiro estágio que constitui o nível pós-convencional. As leis não são mais consideradas válidas pelo mero fato de serem leis. O indivíduo admite que as leis ou costumes morais podem ser injustos e devem ser mudados. Entretanto, é importante enfatizar que a mudança é visualizada como devendo ser buscada por meio dos canais legais e dos contratos democráticos. As leis e os deveres tendem a ser balizados, nesse estágio, pelo critério utilitarista do maior bem para o maior número de pessoas. Aplicando-se a contribuição teórica de Max Weber (1864-1920), poder-se-ia afirmar que prevalece aí a “ética da responsabilidade”, levando-se em conta as conseqüências e implicações das normas e linhas de ação adotadas, enquanto no estágio anterior, de número 4, prevalecia a “ética da convicção”, onde as decisões morais reduzem-se ao cumprimento rígido de normas e princípios imunes à relativização e à prospecção de cenários.

Se, nos primeiros postos, a moral do estágio 4 parece perfeitamente suficiente ou adequada, poder-se-ia afirmar o mesmo ao pensar nos postos mais elevados da carreira e naqueles indivíduos que ocuparão posições críticas de autoridade dentro da

Força, que têm como requisito visão estratégica e alto nível de capacidade de decisão? Não correríamos o risco do continuísmo obsoleto e entrópico se limitássemos as pretensões de formação moral de nossos recursos humanos ao nível do raciocínio de mera manutenção da lei pela lei? O estímulo ao desenvolvimento do estágio 5 de juízo moral envolve análise crítica de situações-problema, discussão dialética e interiorização reflexiva de princípios e de valores morais. Se o estágio 5 não pode ser estabelecido como objetivo educacional geral da formação, na medida em que não é acessível àqueles indivíduos que constituem a maioria e que se situam na faixa média da curva normal, que ao menos seja considerado uma possibilidade viável, passível de reconhecimento e de estimulação para aqueles que têm potencial para a excelência ética.

ESTÁGIO 6 - A MORAL DOS PRINCÍPIOS UNIVERSAIS DE JUSTIÇA

Esse estágio representa o modo mais elevado de pensamento moral. O indivíduo reconhece os princípios morais universais e age de acordo com eles. A obrigação moral universal se definiria em termos do princípio da justiça, princípio da empatia, no sentido de se colocar no lugar do outro, e princípio da dignidade humana, com a prevalência do imperativo categórico kantiano do homem como um fim em si mesmo e não como meio. Se as leis injustas não puderem ser modificadas pelos canais democráticos legais, o indivíduo ainda assim resiste às leis injustas. É a moralidade que prioriza o ético, mesmo que em detrimento do legal, moralidade da desobediência civil, dos mártires e revolucionários pacifistas e de todos aqueles que permanecem fiéis a seus princípios, em vez de se conformarem com o poder estabelecido. Jesus Cristo, Gandhi, Martin Luther King são exemplos dados por Kohlberg de pensamento nesse estágio.

Uma análise superficial aponta para uma óbvia incompatibilidade entre a profissão militar e esse estágio potencialmente revolucionário do juízo moral. O aprofundamento da discussão desse estágio nos conduz a temas polêmicos como a questão do soldado-cidadão e da validade da intervenção dos militares na política. O general e sociólogo argentino B. Rattembach ("El Sistema Social-Militar em la Sociedad Moderna", 1972) considera que nas democracias o poder de governo dos povos foi concebido como poder civil e que qualquer quebra desse princípio em favor do poder militar conduziria

a deformações institucionais para ambos. No âmbito das conseqüências institucionais internas indesejáveis, o autor cita aspectos como o abalo grave dos princípios de hierarquia e disciplina; a quebra da coesão interna (anti-revolucionários e revolucionários com suas diversas tendências); desqualificação do corpo de oficiais, que ficaria definitivamente contaminado pelo viés político, após participar de uma revolução; perda de adestramento e prontidão para o combate em prol da atuação em cargos políticos. Entretanto, como separar o militar respeitoso e disciplinado do cidadão consciente, se o elo entre os dois papéis é justamente o amor pela pátria e se o zelo por sua honra e integridade é a essência da profissão e da ética militares? Ao que parece, encontramos diante de um paradoxo da profissão militar. Exemplo recente desse dilema nos foi apresentado no caso da política indigenista brasileira. Em discurso no Clube Militar, no Rio, para platéia de 150 militares da reserva e da ativa, o Comandante Militar da Amazônia, General Augusto Heleno, afirmou que a política indigenista do país é caótica, citou como exemplo a demarcação em terra contínua da Reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima, lembrando também que o Exército não serve a governos, mas aos interesses do Estado. Embora as declarações do General tenham gerado repreensões por parte do governo, lançaram luz sobre uma questão afeta à soberania nacional. Uma semana depois do episódio, a manchete de capa do jornal O Globo dizia o seguinte: "Governo terceiriza a ONGS política indigenista do país". Na mesma reportagem, o ex-presidente da FUNAI declarou que o General Heleno prestou um serviço à Nação ao denunciar a política indigenista. O militar em questão agiu segundo suas convicções, com risco pessoal e em prol da causa maior da Nação. Praticou o nível 6 de juízo moral, exercendo heroicamente o tipo de liderança inspiradora que dignifica a profissão militar, fundamentada em ideais de sacrifício e de abnegação. A "Teoria da Guerra Justa" (que tem suas origens no pensamento de Cicero, Santo Agostinho, São Tomás de Aquino e Hugo Grotius) e o Direito Humanitário seriam ainda outros exemplos de aplicação do estágio moral 6 na profissão militar, mais especificamente, no combate.

Conclui-se que o estágio 6 de consciência moral representaria uma espécie de superdotação ou alta habilidade no âmbito ético, um capital raro e precioso para qualquer instituição que se destine a fins nobres. O estágio 6 não pode funcionar como objetivo geral

da formação militar, mas não deve ser reprimido. Indivíduos com potencial para atingir tal estágio de juízo moral precisam ser identificados, estimulados adequadamente, por meio de discussões e de reflexão crítica, e firmemente orientados por mentores com nível de desenvolvimento moral compatível.

REVISÃO DO ESTÁGIO 6 - A MORAL DO CUIDADO E DA COMPAIXÃO

Uma das críticas mais polêmicas ao trabalho de Kohlberg proveio de Carol Gilligan (1982). Ela defendeu a existência de uma “moral feminina”, que chamou de moral do cuidado e da responsabilidade, em oposição à moral da justiça, proposta por Kohlberg como universal. A crítica de Gilligan remete à concepção ética do filósofo David Hume (1711-1776). Em seu Tratado sobre a Natureza Humana, Hume afirma que o caráter moral da ação depende de sua associação a determinados sentimentos humanos, como a simpatia, a benevolência e a compaixão. A razão se ocupa de relações entre idéias e seria por si só insuficiente para explicar nossas ações e fundamentar o caráter moral das mesmas. Agimos porque somos motivados a desejar algo, e isso depende menos do nosso raciocínio do que dos nossos sentimentos. Em sua ampliação do estudo psicológico do domínio moral, Kohlberg admite que, além da justiça cega, a moral também incluiria uma virtude enfatizada nos ensinamentos éticos cristãos, conhecida como caridade, amor ou fraternidade. Essa dimensão relaciona-se com atos que são bons, mas não obrigatórios, como a generosidade, a ajuda, o compartilhar.

A segunda parte do nosso juramento profissional parece nos comprometer com essa ética do cuidado: “...prometo... tratar com afeição os irmãos de armas e com bondade os subordinados...”. O líder militar é representado no imaginário dos subordinados como um “PAI”, simultaneamente severo e humano, que pune justamente, mas também provê as necessidades, acolhe no sofrimento, orienta e oportuniza novas chances.

CONCLUSÃO

A partir do que foi apresentado, pode-se concluir que, psicologicamente, a moralidade evolui através de estágios sucessivos de nível crescente de qualidade. Essa evolução se prolonga até os 20 a 25 anos e pode

ser estimulada por meio de estratégias educacionais, contando-se com mentores qualificados. É essencial que esses mentores tenham alcançado, eles próprios, os mais elevados estágios de desenvolvimento moral. São estratégias educacionais válidas para a estimulação do desenvolvimento do raciocínio moral: a imposição da virtude pelo hábito da prática, o exemplo, a interiorização crítica e reflexiva de valores e de princípios com discussão dos porquês e dos para quês, a análise crítica de situações-problema e de dilemas éticos da prática cotidiana. É de suma importância considerar no processo de socialização e

de estimulação do raciocínio moral não apenas o discurso oficial declarado da Instituição, dos seus integrantes, educadores e dirigentes mas, principalmente, as mensagens subliminares transmitidas pela realidade prática diária. Essa realidade acaba funcionando como principal exemplo e referência de como agir e se evidencia nos

critérios de premiação e de punição, na hierarquia de valores adotada nos processos decisórios, nas reações a situações críticas, enfim, nas contradições entre discurso e prática de valores.

Na opinião da autora, o nível típico desejável de consciência moral, compatível com a profissão militar, corresponderia ao estágio 4 - “da lei e da ordem”, que constitui o último nível da moral convencional e também o limite mais comumente alcançado pela maioria das pessoas. O estágio 1 - “do medo da punição”, seria o mais absolutamente indesejável e inadequado, e representaria um risco a ser evitado na formação militar, que tradicionalmente se caracteriza por um largo emprego da punição. Os estágios morais mais elevados, que compõem o nível pós-convencional, seriam úteis nos altos postos e nas funções estratégicas. Indivíduos com potencial para alcançar tais níveis devem ser identificados, estimulados e orientados. Oportunidades para desenvolver todos os estágios devem ser, em princípio, facultadas a todos, especialmente na formação de oficiais. O psiquiatra J. Merloo, na última parte de seu livro “Lavagem Cerebral”, trata das defesas contra esse processo, criticando a educação fundamentada meramente em doutrinação e condicionamento, que ele considera que forma indivíduos de espírito frágil, presas fáceis de qualquer tipo de ideologia totalitária, inclusive aquela

a principal ferramenta de educação ética em instituições de formação militar Deve ser muito mais a reflexão crítica do que o ensino dogmático de regulamentos e normas

do inimigo. Merlooo defende a educação para a autonomia de pensamento, que não equivale nem à anarquia, nem à liberdade inconseqüente, mas às restrições livremente consentidas pelo indivíduo, com base em análise crítica, autoconvencimento, adesão a princípios e idealismo. É a capacidade crítica que nos protege da dominação que corrompe e desmoraliza. O autor advoga uma nova coragem, não física, mas espiritual. É a coragem que serve a uma idéia. É a que indaga não apenas qual é o preço da vida, mas ainda para que fim se está pedindo esse preço. Exige do eu uma superconsciência, como ser espiritual e pensante. Por tudo isto, considera-se que a principal ferramenta de educação ética em instituições de formação militar deva ser muito mais a reflexão crítica do que o ensino dogmático de regulamentos e normas.

O raciocínio moral é considerado por autores como F. Kiel & D. Lennick como um tipo de inteligência, portanto, um capital intelectual das organizações. A contribuição teórica desses pesquisadores foi apresentada à autora pelo Vice-Almirante (RM1) Afonso Barbosa, reconhecido estudioso de temas como liderança e ética. Os referidos autores elencam quatro virtudes que sintetizam bem o perfil ético compatível com a profissão militar, quando se almeja formar verdadeiros líderes militares, íntegros, exigentes e, também, justos, sábios e humanos. As quatro virtudes são: a integridade, que se baseia na defesa de convicções éticas; a responsabilidade pelas conseqüências das decisões e por servir aos outros; a compaixão, que significa importar-se ativamente com os outros; o perdão, isto é, a capacidade de aceitar o erro como inerente à natureza humana, reconhecendo a si próprio e aos outros como passíveis de falha e de recuperação.

Diferentes pesquisas organizacionais, inclusive um estudo de campo realizado pela autora na Marinha do Brasil (NOBRE, 1998), apontam o caráter como principal atributo de perfil do líder. Todo investimento em formação nessa área pode ser, portanto, considerado como sumamente relevante. Consoante a psicanalista Melanie Klein: *“Observa-se, facilmente, a influência que há sobre os outros de uma personalidade verdadeiramente sincera e autêntica. Mesmo as pessoas que não possuem as mesmas qualidades ficam impressionadas e não podem deixar de sentir respeito pela integridade e sinceridade. Essas qualidades despertam neles a imagem daquilo que eles poderiam ter sido ou poderiam talvez vir a ser. Tais personalidades lhes dão razões de esperança no mundo em geral e uma fé mais profunda na bondade. O caráter é a base de toda a realização humana, no sentido de que toda*



evolução social sadia tem por fundamento os efeitos que um bom caráter exerce sobre os outros indivíduos.” Concitam-se os docentes e militares educadores dos órgãos de formação a se imbuírem desse papel de agentes multiplicadores e de referências éticas para as novas gerações.

BIBLIOGRAFIA

1. BIAGGIO, A. *Lawrence Kohlberg: ética e educação moral*. São Paulo: Moderna, 2006.
2. D'AUREA-TARDELI, D. *Moral e ética: preceitos e princípios*. In: *Revista Mente Cérebro – O Olhar Adolescente*, vol. 4. São Paulo: Dueto Editorial, 2007.
3. KIEL, F. & LENNICK, D. *Inteligência moral*. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2005.
4. MARCONDES, D. *Textos básicos de ética*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.
5. MERLOO, J.A.M. *Lavagem cerebral – mentecídio: o rapto do espírito*. São Paulo: IBRASA, 1980.
6. NOBRE, Erica B. *Crenças de superiores e subordinados sobre o perfil do líder militar-naval brasileiro neste final de século*. 1998. *Dissertação (Mestrado em Psicologia Social, Cognitiva e da Personalidade) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.*
7. RATTENBACH, B. *El sistema social-militar en la sociedad moderna*. Buenos Aires: Editorial Pleamar, 1972.